OS TRABALHADORES NÃO PODEM PAGAR A CRISE

Apesar dos acontecimentos que culminaram com a posse do Sr. João Goulart e com a adoção do parlamentarismo estamos na mesma situação econômica que está na origem de toda a crise.

Já no governo anterior o povo trabalhador estava com os seus salários desatualizados pe-

entra Governo, sai Governo, e os mesmos grupos econômicos continuam nos postos de controle da economia da Nação. Os srs. Horacio Lafer, Roberto Campos, Moreira Salles, Paes de Almeida, Mariani e outros são os eternos donos dos Bancos oficiais.

Todos têm a mesma linha: atender aos interesses dos patrões, dos fazendeiros, dos banqueiros, dos industriais quer nacionais quer estrangeiros. Qual deve ser a ação dos trabalhadores para impedir que todos os gastos com as últimas aventuras golpistas venham reduzir ainda mais os seus salários? Teríamos duas tarefas: a primeira seria exigir que os culpados — todos ligados a conhecidos grupos econômicos — pagassem os gastos da aventura golpista e da crise econômica; a segunda é exigir imediatamente aumento de salários. A primeira tarefa só seria possível com um governo realmente apoiado nos trabalhadores do campo e da cidade: um governo como o de Cuba, onde foram confiscadas todas as propriedades dos capangas de Batista e encampadas as empresas estrangeiras que financiavam ditadura.

Assim só resta à classe tra-

balhadora a luta por aumento imediato dos salários. Todos os trabalhadores do Estado devem, no seu Sindicato ou Associação de classe, lutar para que o próximo aumento venha atender às suas necessidades. O aumento deve estar, no mínimo, de acordo com a alta do custo de vida.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística o custo de vida subiu 3,5% (três e meio por cento) cada mês, de janeiro a julho. Considerando estes dados temos um aumento do custo de vida de 42% nos últimos doze meses.

Este aumento não leva em conta os meses de agosto, setembro e outubro quando o custo de vida subiu muito mais devido à crise político-militar.

Assim a porcentagem deve levar em conta os últimos aumentos além dos aumentos até julho. Até o fim do mês de outubro as novas emissões (53 bilhões de cruzeiros) já devem ter influido no custo de vida. Os vários setores profissionais devem fixar a porcentagem levando tudo isto em conta e o melhor seria esperar para fixar a porcentagem só na última semana de luta salarial.

Além do aumento o acordo salarial deste ano deve ter uma cláusula que permita a revisão salarial antes de um ano se o custo de vida subir mais de 10% (dez por cento). Fazer um acordo com duração de um ano é congelar os salários quando os preços continuarem a subir devido às emissões e outras medidas do governo nos últimos meses. Somente nos 20 dias de crise o cruzeiro sofreu uma desvalorização de 15%. Esta desvalorização irá repercutir no custo de vida nos próximos meses. O atual governo federal "está estudando providências" através dos técnicos do Ministério do Trabalho para "resolver o problema". Uma dessas medidas, já revelada pela imprensa, é a de que "todos os acordos salariais e dissídios coletivos próximos terão validade por três anos". Esta medida, que o Governo Federal tentará impor aos trabalhadores através das suas Delegacias Regionais do Trabalho, equivale ao congelamento dos salários.

Se o Governo quiser congelar alguma coisa que congele os preços, a remessa de lucros, os lucros altíssimos dos patrões e nunca os magros salários de quem já não ganha o suficien-

te para viver. Esta manobra dos patrões feita através do Governo Federal deve ser repelida pelo povo trabalhador unido em seus Sindicatos e Associações de Classe.

Unidade de todos contra as tentativas de fazer recair sobre os trabalhadores todos os gastos da crise — esta deve ser a palavra de ordem em todo o país.

MANOEL CARVALHEIRO

Com a volta do país à normalidade e com a manutenção das instituições democráticas, apesar da introdução, a toque de caixa, do parlamentarismo, criaram-se as condições necessárias para a análise do recente episódio de agudização da crise econômica e política em que nos debatemos. Embora nem tudo esteja esclarecido, há indícios sérios de que a renúncia de Jânio Quadros era episódio de um plano que se destinava a levar o país a uma ditadura. Os mentores do plano ainda não foram todos identificados. As razões do golpe ainda permanecem obscuras. O seu fracasso se deve de um lado à resistência do proletariado e do povo e do outro à oposição de setores fundamentais das classes dirigentes. A emenda parlamentarista foi mais uma manobra das classes dirigentes, visando desarmar o golpe e evitar a guerra civil do que uma concessão aos golpistas. A emenda parlamentarista evitou, entretanto, a destruição do dispositivo golpista-civil e militar que começa a ser desarticulado pelo novo governo mas que conservará as possibilidades de entrar de novo em ação quando as condições o exigirem.

O balanço dos acontecimentos mostra um saldo positivo. É verdade que a volta ao governo da coligação PSD e PTB não abre perspectivas para a solução de nossos problemas fundamentais. Este governo pelo seu conteúdo de classe não estará em condições de realizar uma política anti-imperialista coerente, de implantar uma reforma agrária radical e de criar as condições para o desenvolvimento do país em benefício do povo. Se, de um lado, se propõe a manter as diretrizes fundamentais da política exterior do governo passado, de outro lado, pretende conservar-se fiel à política econômica, ditada pelo fundo monetário internacional, que visa resolver a crise às custas de uma redução do nível de vida dos trabalhadores e do povo.

O ímpeto desta política foi entretanto quebrado pelos recentes acontecimentos. Tudo leva a crer que a política de contenção salarial não poderá ser levada a efeito com o rigor que pretendia o governo anterior. Os reajustamentos salariais virão fatalmente dada a disposição e luta do proletariado urbano. Como consequência teremos um aumento do ritmo inflacionário e o agravamento da crise econômica por falta de soluções em profundidade. Voltará, com mais vigor ainda, a necessidade inadiável de reformas básicas — reforma agrária, cessação de remessa de lucros para o exterior, encampação de empresas imperialistas, etc...

A manutenção das instituições democráticas e a derrota dos golpistas permite a continuação da luta pelas medidas referidas e abre novas perspectivas para a unificação das forças socialistas e nacionalistas em uma ampla frente popular pela reforma agrária e por medidas anti-imperialistas consequentes.

A crise econômica, política e social em que o país se debate não foi solucionada. Ao contrário, tudo indica que a mesma continuará a agravar-se progressivamente, devendo atingir o seu ponto máximo em futuro não remoto. O espaço de tempo que foi ganho deverá ser utilizado pelas forças de esquerda e nacionalistas para a elaboração de uma frente-única de ação e para a organização das nossas populações das cidades e do campo para a luta decisiva pela transformação radical de nossa estrutura política e econômica.

Febus Gikovate

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa
Faculdade de Ciências e Letras de Assis

2 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33

ANALISE DA CRISE

Em reunião realizada no dia 4-9-61 Comissão Executiva Regional de S. Paulo do P. S. B. aprovou o seguinte documento, como Subsídio à discussão a realizar-se na próxima Convenção Nacional do Partido.

1 — A presente crise político-militar é devida ao descompasso surgido entre a evolução social e política do país e a relativa estagnação do espírito e consciência política de parte de suas Forças Armadas. Durante os últimos 16 anos a industrialização criou as condições para o surgimento de um poderoso movimento reivindicador do proletariado. As tentativas de organizar o campesinato, tantas vezes fracasadas, nos últimos 2 anos tiveram êxito crescente. A consciência da exploração imperialista do Brasil penetrou amplas camadas da população, o que deu lugar a um movimento nacionalista, pouco coeso mas de amplíssima influência. Entretanto os homens que compõem a cúpula de nossas forças armadas continuam vivendo no "espírito de 1935", animados de um terror animal do comunismo o de tudo o que se pode assemelhar a êlo.

2 — A burguesia utiliza êste defa-

samento entre a situação política do país e o espírito que anima o alto comando (com numerosas exceções) do Exército, Marinha e Aeronáutica para reforçar o seu domínio de classe. As Forças Armadas constituem uma espécie de 4.º poder da República. Graças ao sufrágio universal (limitado aos alfabetizados, é bem lembrar) o povo tem uma certa latitude de escolha. As Forças Armadas fixam os limites desta latifunde. O que os ultrapassa é "comunismo". Liga Camponesa é "comunismo". Greve é "comunismo". Relações comerciais ou diplomáticas com países do bloco soviético é "comunismo". Desta maneira, possuem as classes dominantes, além dos seus direitos normais e do poderio político que a sua privilegiada situação econômica lhes confere, um poder adicional, um poder de veto. Elas lançam mão deste poder apenas em situações excepcionais, e mesmo assim, sempre que possível, camufladamente, de modo a não ferir a ordem jurídica formal.

3 — A Revolução Cubana, a partir do momento em que tomou rumos socialistas, exasperou o imperialismo e

acentuou o desespero das forças reacionárias de todo o continente. Jânio, não se sabe bem através de que obscuras manobras, jogou duplamente com a influência da Revolução Cubana, procurando de um lado neutralizar as forças de esquerda, com manifestações ostentivas de apreço a Fidel Castro e demais líderes revolucionários, e, de outro lado, acionar o dispositivo militar direita, com vistas a uma possível instalação de ditadura pessoal que contentasse as classes dominantes com uma "saída" para a crise econômica. Tais manobras precipitaram a crise política, com a denúncia de Lacerda, um dos chefes da conspiração golpista, seguida da renúncia de Jânio.

O alto comando golpista, que em absoluto desejava a renúncia de Jânio, decidiu vetar o nome de Jango, para suceder ao primeiro. É neste ponto, episódio central da crise, que se mostrou o descompasso entre a cúpula militar e o grosso das classes dominantes. Estas sabiam muito bem que Jango não somente não é comunista mas sequer é um homem de firmes convicções esquerdistas. Elas sabiam (conclui na 2.ª página)

O congresso de Belgrado

Realizou-se em Belgrado, por iniciativa do governo iugoslavo, um congresso dos países não comprometidos com os dois blocos, não alinhados ou neutros. Mais de vinte nações que se consideram independentes tanto em relação ao imperialismo americano como em face do bloco soviético participaram da reunião dos neutros. Embora não se tenham constituído em um bloco ou "terceira força" propriamente dito os representantes das referidas nações — Nehru da Índia, Nasser da RAU,

Sukarno da Indonésia, Tito da Iugoslávia, N'Krumah de Ghana, Sekou Touré da Guiné e outros — lançaram as bases de uma ação comum que visa exterminar os restos do colonialismo e lutar pela paz mundial. A paz mundial continua ameaçada. O reinício das experiências atômicas pela URSS foi tomado pelos participantes como indício de um agravamento das contradições e de uma ameaça de transformação da guerra fria em guerra atômica. A Conferência designou fi-

guras da autoridade moral de um Nehru e de um Sukarno com a incumbência de intervir junto aos governos de Moscou e de Washington a fim de conseguir a suspensão das provas atômicas e o reinício dos entendimentos para o desarmamento.

O colonialismo ainda tenta conservar as suas derradeiras posições. O fascismo português de Salazar está esmagando impiedosamente a luta heróica do povo de Angola. A Argélia ainda está lutando por sua independência. Cuba continua ameaçada por uma nova agressão armada do imperialismo americano. Em Katanga os trustes mineiros e o seu testa-de-ferro Tshombe assassinaram Lumumba e procuram torpedear a unidade e a independência do Congo. A todos eles a Conferência manifestou o seu repúdio completo e a disposição de ajudar por todos os meios a seu alcance os movimentos que visam exterminar de uma vez para sempre os restos de opressão colonialista.

Objeto de debates foi também a questão da ajuda aos países subdesenvolvidos. O problema foi encarado de um ponto de vista justo. Não se trata de ajuda sob o aspecto filantrópico. Trata-se, sim, de uma redistribuição equitativa das riquezas, acumuladas indevidamente nas mãos de poucas nações em decorrência da espolição imperialista praticada durante séculos. O desarmamento liberaria verbas astronômicas a serem utilizadas, a título de redistribuição das riquezas, na ajuda aos países subdesenvolvidos.

Os três problemas examinados em Belgrado estão intimamente ligados entre si. A paz mundial, a liquidação do colonialismo e a redistribuição das riquezas se tornarão possíveis no dia em que as nações não comprometidas atingirem número suficiente para impor a sua vontade nas assembleias da ONU.

A Conferência de Belgrado, que se deve, em primeiro lugar, aos esforços pertinazes dos dirigentes iugoslavos, que há muito vem pregando a *coexistência ativa* das nações, é um fato auspicioso.

FEBUS GIK-OVATE

ANALISE...

(conclusão da 1.ª pág.)

também que o povo já estava impaciente com a constante interferência dos militares na vida política do país e que o esbulho, que é o que implicava o impedimento de Jango, provocaria uma resistência popular que poderia levar a consequência desagradáveis.

4 — A resistência popular ocorreu realmente e em escala muito mais ampla do que se poderia imaginar à primeira vista. No único Estado em que as massas puderam contar com uma liderança efetiva e à altura — isto é, no Rio Grande do Sul — a mobilização da classe operária foi tão intensa que forçou a mudança de posição do III Exército e deste modo ajudou *decisivamente* a liquidar o golpe. Os Batalhões Operários e os Batalhões Estudantes do Rio Grande do Sul foram o prenúncio de uma direção que o movimento poderia tomar, transformando-se de "resistência", de "defesa" e "preservação" da ordem constitucional vigente em ofensiva popular objetivando a "superação" do regime, no sentido dialético, isto é, preservando seus elementos progressistas e integrando-os com novos — reforma agrária, política externa independente, exportação das empresas imperialistas — numa síntese superior. A burguesia, através dos seus políticos "responsáveis", decidiu colocar-se à frente do

Parlamentarismo e Presidencialismo

O governador Brizola, demonstrando sua grande acuidade política e capacidade de expressar os anseios do povo brasileiro, declarou, em recente entrevista, que a questão da forma de governo — parlamentarista ou presidencialista — não tem interesse fundamental. O que interessa ao povo é a execução das reformas de estrutura de que o Brasil necessita, prementemente, a começar por uma radical reforma agrária e pela suspensão de remessas de lucros e "royalties" ao exterior.

Tem toda a razão o governador Brizola. Não interessa ao povo brasileiro, essencialmente, que continue o sistema parlamentarista inaugurado como "solução" para a recente crise, ou que volte imediatamente o sistema presidencialista. A oposição que as forças de esquerda moveram à emenda parlamentarista, inclusive e especialmente o Partido Socialista Brasileiro, foi devida ao caráter de "conciliação" com as forças da reação, de que se revestiu a aprovação da emenda parlamentarista. A aprovação da emenda, na realidade, foi uma "saída" que a burguesia brasileira encontrou para "salvar a honra" dos chefes militares golpistas que já estavam derrotados pela mobilização popular e pela divisão que esta causara nas Forças Armadas. Ao mesmo tempo, foi uma medida destinada a deixar nas mãos do P.S.D. e da U.D.N., isto é, das forças políticas representativas dos interesses de latifundiários, banqueiros e gran-

des industriais, o controle da situação política na atual conjuntura. Por esse aspecto reacionário é que a emenda parlamentarista foi combatida, não porque o parlamentarismo, em si, represente um sistema contrário aos interesses populares.

No Partido Socialista Brasileiro a preferência pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo é questão aberta, uma vez que não consideramos essencial a forma de governo, para a vigência do sistema democrático, nas condições brasileiras. Mas o ponto importante, em que devemos insistir, é de que tanto um como outro sistema podem ser bons ou ruins para os trabalhadores e o povo, segundo a composição social que tiverem os poderes do Estado. Num Congresso com grande predominância de forças conservadoras como o atual, por exemplo, o sistema parlamentarista há de ser necessariamente ruim. Se nas próximas eleições, os trabalhadores e o povo conseguirem derrotar os candidatos endinheirados, representando banqueiros, latifundiários, grandes industriais e o imperialismo, poderá o sistema ser muito bom.

É preciso, pois, antes de mais nada, concentrar nosso esforço na conquista das reformas estruturais do Brasil, inclusive o voto para os analfabetos, e na derrota dos aventureiros e reacionários endinheirados que tentarão dominar novamente o Congresso, nas eleições do ano próximo.

A atuação dos deputados socialistas

A recente crise político-militar serviu, também, como divisor de águas na demonstração de valores humanos, no mundo político brasileiro. Nos momentos críticos, que exigem definições corajosas, em que se jogam todas as posições pessoais é que se podem aferir os valores daqueles que têm posição de relevo em nosso meio político, independentemente de suas filiações partidárias ou ideológicas. Assim é que entre os governadores de Estado destacaram-se extraordinariamente as figuras de Brizola, do Rio Grande do Sul, e Mauro Borges, de Goiás. No primeiro instante em que se manifestou a tentativa de golpe militar, estes dois governadores saíram à rua conclamando e mobilizando o povo para a resistência, tudo arriscando, na defesa das liberdades democráticas ameaçadas pelo golpe que parecia contar com forças militares invencíveis. No Congresso, também, houve parlamentares de diversos partidos que se mostraram dignos do Parlamento de uma grande Nação e qualidades de coragem, combatividade e coerência capazes de fazer com que nos orgulhemos de nosso sistema democrático. E en-

tre estes parlamentares estiveram, em primeiro plano, deputados de bancada socialista na Câmara Federal, especialmente Barbosa Lima Sobrinho e Aurélio Viana.

Sabe-se, agora, que, no primeiro momento, um grande número de deputados, da maioria conservadora (UDN e PSD) que ali domina, estavam dispostos a ceder ao golpe e aceitar o "impedimento" do sr. João Goulart, exigido pelos chefes militares golpistas. Foi, em grande parte, devido à atuação de alguns deputados, entre os quais se destacaram Almino Afonso, Sérgio Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho e Aurélio Viana, que o Congresso resolveu resistir à pressão dos militares golpistas. E foram, ainda, os dois deputados socialistas, dos que mais se destacaram no combate à solução "conciliatória" encontrada pela burguesia brasileira, através da emenda parlamentarista.

Aqui deixamos, portanto, registradas as nossas homenagens aos dois grandes deputados socialistas, que souberam honrar e engrandecer o seu mandato e sustentar bem alto as qualidades que devem ter os militantes do socialismo democrático.

6 — A destruição política do dispositivo militar golpista e dos seus cúmplices civis significa a eliminação da extrema direita da vida do país. Isto, sem dúvida, deslocaria todo o equilíbrio político para a esquerda. Não é, evidentemente, o que deseja a burguesia. Daí os "heróis" das negociações, os emissários infatigáveis cruzando o país em todas as direções, tudo para o "congracamento da família brasileira". O cúmulo da conciliação e, portanto, da traição ao movimento popular de resistência, foi a adoção da emenda parlamentarista pelo Congresso, aceita pelo sr. João Goulart. Este não foi capaz de opor-se à solução ditada pelos interesses das classes dominantes e com estas se compôs, através da formação de um governo nitidamente conservador.

7 — É preciso denunciar, perante as massas trabalhadoras o caráter conservador de classe, da solução dada à crise e deixar claro que, durante uma crise desta espécie os antagonismos de classe podem desaparecer da superfície dos acontecimentos, para logo mais ressurgirem com maior acuidade e virulência. É preciso fazê-los compreender que eles foram traídos, que a vitória lhes foi arrebatada das mãos pelos conciliacionistas e que a crise econômica acusa profunda da presente crise político-militar, não foi superada. Ressuscite com mais vigor e exatidão da parte da classe operária e seus aliados grande lucidez e redobrada combatividade.

8 — Os políticos burgueses colocaram-se ao lado do povo na resistência ao golpe branco, apenas para trair o sentido mais profundo desta mesma resistência. Seu papel foi de permanente conciliação ("é preciso apaziguar os espíritos") e se destinava a preservar o dispositivo golpista, ameaçado de destruição face a uma derrota decisiva.

O povo — operários, estudantes, camponeses — evidentemente não se dispôs à luta unicamente para assegurar a João Goulart a presidência da República. O povo desejava — e deseja — a eliminação definitiva da ameaça golpista, a destruição completa do 4.º poder invisível, o que somente poderia ser conseguido pela punição exemplar de todos os que provocaram o golpe ou se acumpliciaram com ele, inclusive os que resolveram "manter" a ordem ferindo os direitos individuais garantidos na Constituição e golpeando a resistência. É preciso destruir e afastar da vida pública todos os que ordenaram a prisão e o enclausamento de trabalhadores e estudantes, todos os que estabeleceram censura aos jornais e emissoras, todos os que se acovardaram, não se mostrando à altura dos mandatos ou posições de que desfrutam.

E a balança de pagamentos?

Nos últimos anos, em todos os países, manifesta-se uma preocupação cada vez mais acentuada com a Balança de Pagamentos. Este é um sintoma da integração cada vez maior da economia mundial que obriga as economias nacionais a uma dependência crescente do intercâmbio com o exterior, isto é, com o mercado mundial.

Isto é verdade, inclusive para as nações industrializadas. A economia inglesa é obrigada a um esforço contínuo para cobrir o deficit quase crônico de sua Balança de Pagamentos. Mesmo os EE.UU. — o país capitalista mais forte — cogitam de uma desvalorização do dólar para fazer face à crescente evasão de ouro, numa tentativa extrema de equilibrar a Balança Comercial, exportando mais (pela diminuição dos preços dos seus produtos) e importando menos (pelo aumento do preço dos produtos estrangeiros).

Este problema é, no entanto, muito mais grave para uma economia subdesenvolvida como a nossa. Calcula-se que cerca de 5% da Renda Nacional dos EE.UU. provém de transações com o exterior. Para o Brasil esta porcentagem é de cerca de 10%, como se pode verificar pela tabela abaixo:

ANO	RENDA NACIONAL (em milhões de cruzeiros)	IMPORTAÇÕES
1957	876.490	86.452
1956	744.017	71.597
1955	591.041	60.226

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1958 — IBGE

É preciso entender que quando se diz que um décimo da Renda Nacional provém do comércio internacional, isto não quer dizer que 10% do arroz, das batatas ou dos aparelhos de televisão provém do exterior. Neste caso as vicissitudes de nossa Balança de Pagamentos poderiam afetar no máximo 10% da economia nacional. Mas não é este o caso. O que adquirimos no exterior é uma grande parte dos combustíveis de que necessitamos (carvão e petróleo), dos equipamentos industriais e de um alimento básico como é o trigo, além de numerosas matérias primas industriais (cobre, borracha, corantes para a indústria têxtil etc.). São elementos sem os quais a nossa produção não anda e muito menos se desenvolve. Portanto não apenas um décimo, mas quase a totalidade da economia nacional depende de nosso comércio exterior.

Nos últimos anos nossa Balança de Pagamentos tem sido deficitária. Nos 10 primeiros meses do ano passado (1960) este deficit foi de mais de 128 milhões de dólares, cerca de 12% do valor total de nossas exportações neste mesmo período (O Estado de S. Paulo — 18-1-61). Isto significa que ficamos devendo esta importância e que num futuro mais ou menos próximo teremos que restringir nosso consumo de mercadorias estrangeiras, numa proporção semelhante. E, no entanto, no período considerado, nós vendemos mercadorias ao exterior no valor de 1,05 bilhões de dólares e fizemos compras no estrangeiro no valor de apenas 0,86 bilhões. Compramos menos do que vendemos e ainda assim ficamos devendo. Como se explica isso?

É que enquanto entraram no país capitais no valor de US\$ 193 milhões dele saíram US\$ 294 milhões. E no item "Serviços" a receita foi de 128 milhões de dólares, mas a despesa foi de 418 milhões. Em que consistem, afinal de contas, estes misteriosos "serviços" que nos custam tão caro? Estes "serviços" são os que nos presta o capital estrangeiro, trazido para cá para auxiliar o nosso desenvolvimento, e que são remunerados tão principescamente que daí resulta o estrangulamento da economia do país e não o seu desenvolvimento.

Em suma, a Balança de Pagamentos reflete a economia nacional, em suas relações com o exterior. Ela espelha a exploração imperialista do Brasil em seu duplo aspecto: de um lado somos obrigados a vender bem mais do que compramos do exterior, ou seja, entregamos uma quantidade muito maior do nosso trabalho em troca daquele que recebemos, o que explica a dupla exploração do trabalhador nacional, pelo patrão brasileiro e pelo imperialismo; por outro lado, na medida em que o capital estrangeiro sangra a economia do país, reduzindo a sua capacidade de importar elementos essenciais para o seu desenvolvimento, ele nos mantém na atual situação e nos encerra num autêntico círculo vicioso. Do qual só nos libertaremos quando formos capazes de pôr um fim à exploração imperialista do país.

PAUL SINGER

A liquidação do mito janista

ANTONIO COSTA CORRÊA

Tudo indica que Janio está definitivamente liquidado para política brasileira e, com ele, o chamado movimento janista. Os mesmos fatores emotivos que impulsionaram a massa popular, facilitando a rápida ascensão de Janio e seu grupo, agora voltam-se contra eles. Quaisquer que sejam as explicações dadas por Janio e seu grupo e quaisquer que sejam os fatos realmente apurados, em torno da espetacular renúncia ao cargo de presidente da República seguida da apresada viagem para o exterior, não se conseguiram mais recuperar o mito janista. Se a renúncia se deu sob pressão de forças reacionárias, como querem uns, então a conduta de Janio foi uma demonstração de covardia e falta de firmeza. Se foi um ato de loucura e irresponsabilidade, como querem outros, isso significa que ele não pode inspirar confiança a ninguém. Se foi um golpe articulado, por ele próprio, objetivando a instalação de uma ditadura pessoal, com a sua volta ao poder "nos braços do povo" e pela ação dos militares golpistas, então a renúncia se apresenta como o desfecho ridículo de uma cartada ambiciosa, lançada por um jogador incompetente. Quaisquer que sejam os aspectos pelos quais o povo encare o ato, o resultado será negativo para Janio e seu grupo. Todo movimento caudilhesmo, com certo conteúdo de rebeldia contra as condições sociais e políticas dominantes, tem que se alimentar necessariamente da crença nas qualidades excepcionais de clarividência, coragem, despreendimento e senso de responsabilidade do personagem central desse movimento. Por isso, a exaltação de emotividade popular, que foi a base da ascensão de Janio, volta-se necessariamente contra ele, no momento em que ele pode ser apontado como um homem acovardado ou inseguro, louco ou irresponsável, incompetente, medíocre ambicioso, segundo as explicações que sejam dadas ao ato de renúncia e fuga para o exterior.

A figura de Janio representava, na consciência ainda pouco esclarecida do povo, a rebeldia contra o estado atual da sociedade brasileira e contra a incapacidade das classes dominantes e sua elite política, no sentido de encontrarem uma saída progressista e democrática na atual situação. A ascensão do movimento janista correspondia a uma necessidade histórica no Brasil — a liquidação da elite política que ascendeu ao poder com a revolução de 1930, representando mais ou menos a ascensão da burguesia industrialista e que no poder apodreceu, por uma série de fatores econômicos e sociais que não cabe aqui analisar. Essa elite política está historicamente condenada e terá de ser substituída por outra, capaz de levar avante o processo de emancipação do país, adequado à sua importância geográfica e demográfica e, ao mesmo tempo, integrar as massas populares num sistema democrático de comunidade nacional. A aspiração generalizada em torno da substituição da elite política dominante aglutinou-se em torno da figura de Janio, em parte devido à tendência caudilhesca da formação política brasileira e, em parte, porque o janismo se projetou como um movimento de rebeldia ao atual estado de coisas da sociedade brasileira. Acontece que Janio

era um falso mito revolucionário. Não possuía as qualidades básicas de um líder capaz de comandar um movimento de renovação social e política: sinceridade e coragem cívica, paixão revolucionária e despreendimento pessoal, identificação afetiva com os sofrimentos e as aspirações das massas empobrecidas e escravizadas, em nome das quais pretendia falar. Estes sofrimentos e aspirações foram encarados por Janio e seu grupo de seguidores como mero instrumento de ascensão de uma elite ambiciosa de poder ao comando do aparelho estatal, sem nada daquele profundo entrepalamento afetivo de liderança e massa liderada, que caracteriza os movimentos de rebelião autêntico. Daí o fato de haver o movimento janista começado a deteriorar-se logo que conquistou a primeira posição de poder, que foi o governo do Estado de São Paulo. Aí, Janio passou a comprometer-se com a elite apodrecida cuja destruição era o sentido natural de sua ascensão. Enredou-se numa série de jogos pessoais oportunistas, no pior estilo da política burguesa, na sua fase atual de decomposição, de ausência de princípios e orientação programática. Com isso, foi destruindo toda a substância do movimento janista, todo o seu conteúdo de rebeldia, reduzindo-o, paulatinamente, a um conglomerado de oportunistas objetivando simples substituição de pessoas nos órgãos de poder estatal, sem objetivos sociais e políticos definidos. E o resultado foi que Janio, apesar de conseguir, ainda, movimentar em grande parte as aspirações de libertação e impulsos de rebeldia das massas populares, acabou organizando seu esquema pessoal da ascensão ao posto máximo do poder político com as forças sociais e políticas de conteúdo mais reacionário, nas quais predominavam a aristocracia rural e as velhas oligarquias retrógradas, que haviam sido apeadas do poder com a revolução de 1930. A vitória de Janio foi facilitada, é verdade, porque do outro lado se apresentou precisamente uma perspectiva de conservação de elite política que ascendeu ao poder em 1930 e que nada mais pode oferecer ao povo, senão o quadro atual, de desagregação econômica e de impotência ante às investidas do imperialismo.

O dispositivo de sustentação com que Janio e seu grupo subiram ao poder e nele procuraram manter-se, com objetivos oportunistas pessoais, foi um dispositivo reacionário, que tinha sua peça principal nos postos de chefia das forças armadas, como se evidenciou na recente crise. Essa chefia foi entregue aos militares mais formados pelo espírito de casta e pela incompreensão do mecanismo social e político de um país subdesenvolvido em busca da afirmação de sua personalidade nacional, no conjunto das relações internacionais. Ora, um dispositivo de sustentação dessa natureza não poderia oferecer nada de sério e objetivo, como perspectiva de superação do estado de coisas criado pela burguesia industrialista e sua elite política, instaladas no poder desde outubro de 1930. Os eslogans de "moralização", de

colocação de "homens honestos" e "bons administradores" no poder, que são os grandes argumentos para a "renovação" do Brasil com que se apresentam os aristocratas rurais e as oligarquias regionais destronadas em 1930 e que constituíram temas centrais da propaganda janista, são argumentos vazios, sem sentido objetivo algum. A corrupção, o negociismo, a desintegração moral e política dos órgãos de poder estatal, como força de coesão e organização da sociedade, são próprios de um país subdesenvolvido onde se procura promover o desenvolvimento na base exclusiva da "livre iniciativa" capitalista, isto é, sob o comando de uma burguesia industrialista ávida de lucros imediatos, aliada a latifundiários, banqueiros e comerciantes. Esta gente que tem os "horizontes do seus negócios" limitados pelas próprias condições de subdesenvolvimento do país, que se amendronta, por força da própria debilidade, ante qualquer ameaça de intervencionismo socializante do Estado, aferra-se desesperadamente aos "princípios" da "liberdade econômica", desmoraliza e solapa o poder estatal como força de planificação e avanço social e econômico, alia-se ao imperialismo, no interesse comum da defesa da "livre iniciativa". Por isso, de nada vale nem jamais valerá colocar "homens honestos" à frente de sistemas como esse, como preconizam os nossos aristocratas indígenas, que sonham com a volta da história para traz, com a volta ao domínio das "bôas famílias" e seus políticos "honestos", apoiados na propriedade latifundiária. Quando Janio se proclamou um homem da "livre iniciativa" e colocou em postos chave do seu ministério pregoeiros do liberalismo econômico, já estava proclamando a falência do seu sistema como possibilidade de substituição de elites no poder, com algum resultado para o povo brasileiro, já estava mostrando que o seu mito nada mais era do que um vulgar instrumento de mistificação das massas populares, no pior estilo e na pior tradição da política burguesa brasileira. A demagogia "esquerdizante" na política externa, só serviu para desenvolver, dentro desse sistema, extensa área de atritos, sem melhorar em nada a posição de Janio e o seu grupo, historicamente condenados desde o momento em que mostraram seu total comprometimento com o estado de coisas social e econômico que era motivo à formação e ascensão do movimento janista, de rebeldia.

A liquidação do mito janista, agora, deixa um largo vazão na consciência do povo brasileiro. Tanto mais que a solução "parlamentarista" dada à crise desencadeada pela tentativa golpista, aparece, perante o povo, como uma volta ao "statu quo" anterior à ascensão do janismo, isto é, a manutenção, no poder, do esquema de forças sociais e políticas instaladas no poder em 1930, que têm sua mais fiel expressão no PSD e na burocracia ministerialista que forma parte do PTB esquema esse já gaste, deteriorado. O vazão deixado pela liquidação do janismo tão cedo não será ocupado por outro movimento político. As formas políticas que poderiam e deveriam, naturalmente, ocupar o lugar vago e que poderiam até mesmo ter crescido, em lugar do janismo, são as forças políticas de esquerda, assim consideradas estas em sentido amplo, isto é, aquelas que preconizam, para o Estado brasileiro, uma função básica de propulsão e plani-

ficação econômica e, ao mesmo tempo, uma participação ativa da massa trabalhadora no controle do processo de desenvolvimento econômico. Mas as forças de esquerda apresentam debilidade de comando e orientação, que lhes dificulta o desempenho do papel histórico exigido pelo momento atual.

É certo, entretanto, que a crise econômica, acelerada em consequência da própria incapacidade das classes dominantes de superarem seu próprio sistema de poder e de suas ligações com o imperialismo, poderá constituir um fator de rápida movimentação do povo brasileiro. Para isso poderá contribuir, em muito, uma certa confiança adquirida pelas massas populares na força do sistema democrático, em consequência da derrota do golpe militar reacionário de há pouco. É possível, pois que a liquidação do mito janista propicie uma próxima ascensão de um movimento político de esquerda, o único que pode oferecer perspectivas sérias e objetivas de superação da atual estrutura econômica, social e política, isto é, perspectivas de melhoria real das condições de vida do povo e de projeção de nosso país como nação autenticamente soberana.

Nova comissão executiva do PSB em São Paulo

Foi eleita pelo Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo, no dia 23 de setembro último, nova Comissão Executiva Regional, com mandato de um ano, que ficou assim constituída:

- Presidente — Febus Gikovate.
- Vice-Presidente — J. A. Rogê Ferreira.
- Secretário Geral — Antonio Costa Corrêa.
- 1.º Secretário — Jethero Faria Cardoso.
- Tesoureiro — Luiz Carlos Roque da Silva.
- Sec. Organização — Camal Schahim.
- Sec. Propaganda — Fulvio Abramo.
- Sec. Cultura — Raul Karacik.
- Sec. Sindical — Paulo Singer.

SOLIDARIEDADE AOS MOVIMENTOS SALARIAIS

Moção aprovada pelo Diretório Regional de S. Paulo do P.S.B.

A política econômica instituída pelo governo anterior com as instruções 204 e 208 e mantida pelo atual governo visa solucionar a crise econômica pela redução do nível de vida dos trabalhadores e do povo. A elevação do custo de vida, decorrente das referidas instruções e do fracasso inflacionário não debelado não deverá encontrar a sua contra-partida na elevação do salário mínimo e dos salários e vencimentos de todos os trabalhadores assalariados. É a política de contenção salarial ditada pelo F. M. I.

A esta política se opõe vigorosamente todas as categorias profissionais. Não querem eles aceitar o sacrifício que lhes pretendem impor os trustes imperialistas e seus aliados e que vise exclusivamente a manutenção dos lucros dos capitais estrangeiros e a sua consequente remessa para o exterior.

Os trabalhadores se organizam e se aprestam para a batalha salarial, repelindo assim a política econômica do governo, ditada pelos interesses dos trustes imperialistas.

O Diretório Regional de S. Paulo do P. S. B. se solidariza integralmente com esta batalha e concita todos os seus militantes dirigentes representantes nos legislativos municipal e estadual a participar ativamente na luta contra a política de contenção salarial e na luta contra os interesses dos imperialistas e seus agentes.

Derrota de Carvalho Pinto e da Light na Assembleia

Na sessão de 27 de setembro último, a Assembléia Legislativa, por pequena margem, derrotou veto oposto pelo Governador Carvalho Pinto ao projeto de autoria do deputado Magalhães de Almeida Prado, que assegurava prioridade às Prefeituras e autarquias municipais, bem como às empresas nacionais, para distribuição da energia elétrica produzida por empresas do Estado. A derrubada do veto — o primeiro veto do sr. Carvalho Pinto que é recusado pela Assembléia Legislativa — deveu-se em grande parte à atuação do deputado socialista Jethero Faria Cardoso. Este,

em monumental discurso de mais de três horas, fundamentado em abundantes dados e pareceres técnicos, demonstrou como o truste da energia elétrica comandado pela Light entrava no nosso progresso e castiga a população das grandes cidades, especialmente São Paulo. Embora discordando do projeto Magalhães de Almeida Prado, na parte em que este estendeu a prioridade na distribuição às empresas nacionais, que são, quase todas, parasitárias e de fins especulativos, o deputado socialista pulverizou as razões do governador Carvalho Pinto no veto ao aludido projeto.

O sr. Carvalho Pinto, que tem como seu Secretário de Vação e Obras Públicas um homem notoriamente ligado ao grupo Light, sofreu, assim, retumbante derrota, na sua política de "mão estendida" aos trustes imperialistas. A Assembléia Legislativa do Estado, pelos deputados que derrotaram o veto sob o comando da bancada socialista, com isso também mostrou-se à altura do desenvolvimento político e do amadurecimento da consciência nacionalista demonstrados pelo povo de São Paulo.

Uma coligação de esquerda para enfrentar a sucessão estadual e as eleições para o legislativo

A Comissão Executiva Estadual do P. S. B., em sua reunião de 22 de agosto último, aprovou um manifesto a ser lançado, propondo a formação de uma frente única de agrupamentos de esquerda, para enfrentar a sucessão estadual e a eleição para os cargos do Legislativo em São Paulo. Embora a situação esteja um tanto alterada, com a crise resultante da renúncia de Janio e a aprovação da emenda parlamentarista, que torna incerta a eleição direta do governador do Estado, as condições que ditaram o lançamento do manifesto permanecem. Por essa razão, vai ele aqui reproduzindo.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO conchama os demais partidos e agrupamentos de esquerda de São Paulo, representados por trabalhistas, comunistas, líderes sindicais, grupos socialistas independentes, católicos de esquerda, líderes universitários e movimentos nacionalistas a constituírem uma poderosa coligação destinada a enfrentar a batalha eleitoral do ano próximo. São Paulo é hoje o grande centro das forças econômicas e políticas da Nação. Do rumo traçado nas lutas eleitorais no Estado dependem decisivamente os destinos de nosso País. Por isso, é essencial que as forças de esquerda, as únicas que podem abrir perspectivas de melhores dias para o povo brasileiro, dar uma saída democrática e progressista à crise continuada que avassala o país, as únicas que têm algo de positivo a oferecer aos trabalhadores e ao povo em geral, permaneçam unidas e coesas, em torno de um programa comum. É preciso que o Governo que se constituir no Estado, em fins de 62, não seja, como tem sido até agora, um governo vinculado aos interesses da iniciativa capitalista, aos círculos de banqueiros e latifundiários, com

suas inevitáveis relações de negócio e interesse de classe comuns com o imperialismo estrangeiro. É preciso que São Paulo não mande mais para a Câmara Federal e para o Senado magnatas, banqueiros e carreiristas políticos, como tem acontecido até agora, homens que, no Congresso, só têm servido como instrumento das forças mais reacionárias e retrógradas. O povo de São Paulo hoje está mais esclarecido do que há quatro anos atrás, porque o nível político se eleva, de eleição em eleição, pela própria experiência acolhida em cada pleito. Hoje o povo quer soluções objetivas que atendem aos anseios de libertação nacional, de emancipação econômica e social dos trabalhadores das cidades e dos campos, da classe média, dos pequenos produtores industriais e agrícolas, que são esmagados pela inflação e pelo predomínio dos grandes grupos financeiros e plutocráticos, ligados ao capitalismo internacional. Por isso mesmo, o povo se mostra indiferente aos "arranjos" políticos de cúpula manobrados pelos círculos plutocráticos. Não está interessado em nenhum "esquema" do sr. Carvalho Pinto, destinado a prolongar no poder a oligarquia conservadora,

de banqueiros e latifundiários. Não está interessado em qualquer esquema janista, destinado a levar ao governo do Estado qualquer instrumento das ambições de poder do sr. Presidente da República ou fortalecer o udenismo retrógrado. Não está interessado também em qualquer esquema juscelinista ou pessedista, destinado a favorecer a volta, em 1965 dos políticos reacionários e serviciais do imperialismo norte-americano, que afundaram o país na corrupção e na sujeição colonial. O povo clama, instintivamente, por uma solução radical, de esquerda que abra novas perspectivas para a Nação brasileira.

As forças de esquerda não podem repetir, na atual conjuntura, os erros cometidos em pleitos anteriores, em que se dividiram, servindo de meros instrumentos no debate entre grupos das classes dominantes, igualmente reacionários e retrógrados. Não podem repetir a triste experiência de outras eleições em São Paulo, quando seguiram a reboque de grupos "janistas", ou "anti-janistas", "ademaristas" ou "anti-ademaristas", "juscelinistas" e outros, na ilusão de auxiliarem o processo de consolidação democrática e emancipação nacional. As forças de esquerda podem e devem enfrentar as próximas eleições com posição própria, definida, em torno de um programa de reformas radicais e objetivas, destinado a derrotar os aventureiros e as forças conservadoras, aliadas, naturais do imperialismo estrangeiro. Devem mobilizar-se para levar ao Governo de São Paulo homens provados na luta pelas posições nacionalistas e pelos interesses dos trabalhadores, como Almino Afonso, Sérgio Magalhães, Cid Franco, Jetero Faria Cardoso, Luciano Lepera, Rocha Mendes o engenheiro Catulo Branco. Devem se preparar para levar ao Congresso Federal homens do mesmo feitio, que defendem o avanço social e a dignidade democrática do povo brasileiro.

Fazendo este apelo aos demais partidos e agrupamentos de esquerda, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO se propõe convocar, brevemente, uma conferência popular, em São Paulo, com os seguintes objetivos: a) — Elaboração de um programa de frente-única da esquerda em São Paulo; b) Escolha de um candidato comum aos cargos do Governador e Vice-Governador, entre homens de comprovada fidelidade aos ideais de libertação nacional e emancipação social de nosso povo; c) — Escolha de candidatos comuns ao Congresso Federal, entre homens de posições nacionalistas comprovadas e sem qualquer vinculação com os altos círculos plutocráticos de São Paulo.

FOLHA SOCIALISTA

Ano XIII — Outubro de 1961 — N.º 110

Notas Políticas

O GOVERNO E O GOLPE:

O telegrama passado pelo sr. Carvalho Pinto, de contragulações, aos três ministros golpistas demissionários, serviu para desfazer as dúvidas que pairavam sobre a sua atitude. O homem estava no golpe, certamente. Ou melhor, a banqueirada paulista estava comprometida no golpe, através do seu fiel representante, o sr. Governador de São Paulo. Por isso é que nos meios militares golpistas se falava muito em uma forma "legal" de impedir a posse do sr. João Goulart, que seria a de o Congresso decretar o impedimento deste e "escolher um presidente", que seria o sr. Carvalho Pinto, o candidato "mais cotado" para essa fórmula mágica. Por isso é que o sr. Carvalho Pinto, durante a crise, não fez qualquer pronunciamento claro. Limitou-se a dizer que estava pela "legalidade" e que o Congresso acharia a "fórmula legal" para resolver a crise. Mas a fórmula não saiu como ele e a banqueirada paulista queriam...

JANIO VEM AÍ

Em São Paulo, ao que parece, alguns elementos janistas exaltados tentam articular um movimento quemerista, pelo retorno de Janio. Alguns panfletos já foram espalhados na cidade com o slogan: "Ele voltará". É uma ridícula e tãla imitação dos movimentos que se fizeram em torno da pessoa de Getúlio. E, como toda imitação, ficará apenas no ridículo. Mesmo porque as condições do país hoje são diversas e a figura do sr. Janio é muito diferente da figura de Getúlio. Este tinha rasgos de coragem pessoal, capacidade de aglutinação, habilidade em manobras políticas e outros atributos indispensáveis a um caudilho político, que faltam ao sr. Janio Quadros. Este poderia afirmar-se como expressão de um sistema novo, de superação da atual estrutura social e econômica do Brasil, isto é, de uma autêntica revolução democrática, de caráter socializante. Mas, no poder, Janio mostrou-se o oposto disso. Perdido o poder, portanto, ele está liquidado. A época dos caudilhos ambiciosos de poder, que movimentam as massas através da oratória, ascendendo com vagas promessas de reformas de superfície, como panacéias para os males do povo, está sendo rapidamente ultrapassada, na medida em que se eleva o nível político do povo brasileiro e este vai tomando consciência de suas necessidades. Os caudilhos tipo Janio, Ademar e outros seus imitadores, seguidos de grupos de oportunistas a procura de posições no carro do Estado, já esgotaram suas possibilidades. Por isso, qualquer movimento quemerista-janista, agora, cairá no vazio e no ridículo. Os janistas exaltados que metam a viola no saco e tratem de arranjar coisas mais rendosas para gastar suas energias e sua exaltação...

VIVAS AO MARECHAL:

E por falar em Janio, ocorre-nos esta consideração. Nós, que fizemos a campanha de Lott, estávamos certos, os fatos recentes o comprovaram. O velho marechal desencantou muitos dos que participaram de sua campanha, com os seus pronunciamentos reacionários contra Cuba e contra o estabelecimento de relações com os países do bloco soviético. Muita gente de esquerda, depois do maciço apoio popular dado a Janio, ficou em dúvida se não seria melhor ter tomado outra posição que não o apoio a Lott. Mas, a atitude do marechal, na recente crise mostrou que a dúvida não se justificava. Lott, com todas as restrições que se possam fazer à sua formação ideológica, mostrou grandes qualidades, que se impõem à nossa admiração. Com seu pronunciamento, conclamando o povo e as forças armadas à resistência contra o golpe, ele foi uma das peças decisivas para a derrota do plano armado pelas forças mais reacionárias e retrógradas de nosso país. Mostrou que é um homem digno, coerente, corajoso, patriota autêntico, sensível aos anseios e à vontade do povo. Mostrou que já podemos orgulhar-nos deste país, tendo como marechal de Exército um homem identificado com o povo, num momento de crise e definições...

O FATOR ACASO NA HISTÓRIA

Parece fora de dúvida que a renúncia de Janio foi um episódio na execução de um plano sinistro, destinado a implantar a ditadura no país. Janio tinha como certo que o seu ato de renúncia provocaria tremendo impacto emocional na opinião pública e nas Forças Armadas e que estas, não admitindo a hipótese de João Goulart na presidência, acabariam devolvendo a ele, Janio, o poder, sem as incômodas (para ele) restrições constitucionais. A coisa foi meticulosamente estudada. Janio enviado à China, de modo a ficar "marcado" pelo contato com o bloco soviético e encontrar-se ausente na ocasião do desfecho do golpe. A renúncia apresentada na sexta-feira à tarde, quando o Congresso certamente não teria número para deliberar (quase todos os deputados saem de Brasília na sexta-feira à tarde). A renúncia seria arrastada até segunda-feira e, enquanto isso, a mobilização popular sob o comando janista e o dispositivo militar articulado por Cordeiro de Farias funcionariam... Mas, nos acontecimentos frequentemente intervêm o imponderável, o chamado azar na história. Conta-se que o sr. Pedrosa Horta adiantou-se, não se sabe porque, em quarenta e cinco minutos, na entrega da carta de renúncia de Janio ao Congresso. Isto deu ensejo a que fossem chamados, com urgência, vários deputados que se encontravam no aeroporto, prestes a deixar Brasília. Com isso, houve número no Congresso, este se reuniu rapidamente, aceitou a renúncia na mesma sexta-feira à tarde. Não houve tempo para a planejada mobilização janista. O dispositivo militar de Cordeiro de Farias (muito pífio, aliás, pois não contou com os imprevisíveis) desprevendo para a emergência, não funcionou. Brizola e outros líderes saíram a rua movimentando a opinião pública nacional e... o resto já todos sabem.

Pode ser que isso tudo não seja verdade. Mas, se for, será mais um fato pitoresco em nossa história. Contar-se-á, então, que por uma questão de adiantamento do sr. Ministro da Justiça (o azar em regra se dá devido ao atraso), escapamos de uma ditadura truculenta no estilo do "Benefactor Generalíssimo Trujillo" que há pouco deixou este mundo para sossêgo do povo dominicano...

Contra o colonialismo Salazarista

Moção aprovada pela Juventude Socialista, em reunião realizada no dia 16-9-61.

1 — Considerando que no dia 19 do corrente iniciará a XVI Assembleia Geral da ONU, em Nova York, onde será levado à baila o problema da rebelião angolana;

2 — Considerando que este movimento é um dos mais justos que se têm visto, dado o fato de o colonialismo salazarista ser incapaz de ao menos apresentar soluções, visando o abrandamento dos efeitos desse desumano processo, iniciado no século XV, de exploração e de afronta aos valores africanos;

3 — Considerando que o povo empreendedor dessa luta tem conosco, brasileiros, grandes afinidades;

4 — Considerando que a nação brasileira é a única que, convenientemente, preencherá o vazio inevitável que ocorrerá em Angola com o breve enxotamento das hordas fascistas portuguesas, dadas as afinidades mencionadas;

5 — Considerando, ainda, o genocídio praticado pelos fascistas portugueses, que não hesitam em simplesmente arrasar aldeias e chacinar populações, que somente anseiam a liberdade política, dando em consequência, no espaço de 6 meses, 60 mil mortos e 250 mil refugiados;

6 — Considerando, finalmente, que nós socialistas não podemos nos calar neste momento de fundamental importância, resolve a JUVENTUDE SOCIALISTA DE SÃO PAULO:

1 — solidarizar-se com a União das Populações de Angola (U.P.A.) e Movimento Popular pela Libertação de Angola (M.P.L.A.), entidades políticas representativas da vontade não só do povo de Angola, como também de toda a autêntica sociedade africana;

2 — exigir do governo brasileiro que tome perante o concerto mundial de nações, na dita Assembleia da ONU, uma posição de liderança na defesa dos nossos irmãos angolanos;

3 — conchamar todas as entidades político-juvenis de São Paulo a se manifestarem contundentemente contra o governo português e contra todos aqueles que se silenciam, proporcionando-lhe uma incolumidade absurda;

4 — ficar vigilante, observando o comportamento daqueles que se dizem democratas e anti-totalitários, que acabam se mancomunando com o anti-Portugal, Oliveira Salazar.

São Paulo, 16 de setembro de 1961.